

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 19.12.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 6 1 - 5

05/12/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 88.820-8 BAHIA

RELATOR : **MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**
PACIENTE(S) : **MARCOS CÉZAR CRUZ DIAS OU MARCOS CESAR CRUZ DIAS OU MARCUS CÉZAR CRUZ DIAS OU MARCUS CESAR CRUZ DIAS**
IMPETRANTE(S) : **DJALMA EUTÍMIO DE CARVALHO**
COATOR(A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EMENTA: 1. Princípio da insignificância e tráfico de entorpecentes.

É da jurisprudência do Supremo Tribunal que não se aplica o princípio da insignificância ao delito de tráfico de entorpecentes: precedentes.

De qualquer sorte, as circunstâncias do caso, especialmente se considerada a espécie da substância apreendida e a forma como estava acondicionada, não convencem de que o fato pudesse ser considerado penalmente insignificante.

2. Tráfico de entorpecentes: ausência de dados concretos que justifiquem a afirmação de inexistência de justa causa para a ação penal ou de atipicidade da conduta imputada ao paciente.

3. Corrupção ativa: improcedência da premissa da impetração de que o delito de corrupção ativa era de consumação impossível, dado que o policial tem poder de fato de não efetivar a prisão em flagrante (C. Penal, art. 17).

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da




HC 88.820 / BA

Supremo Tribunal Federal

ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de **habeas corpus**.

Brasília, 05 de dezembro de 2006.



SEPÚLVEDA PERTENCE

RELATOR

efs.

Supremo Tribunal Federal

05/12/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 88.820-8 BAHIA

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
PACIENTE(S) : MARCOS CÉZAR CRUZ DIAS OU MARCOS CESAR
CRUZ DIAS OU MARCUS CÉZAR CRUZ DIAS OU
MARCUS CESAR CRUZ DIAS
IMPETRANTE(S) : DJALMA EUTÍMIO DE CARVALHO
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Trata-se de habeas corpus contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça.

Repisa-se a alegação de falta de justa causa para a ação penal instaurada contra o paciente por infração dos arts. 12, da L. 6.368/76 (tráfico de drogas); e 333, do C.Penal (corrupção ativa).

Alega-se quanto ao delito de tráfico que, além de ausentes indícios de autoria, incide, no caso, o princípio da insignificância, dada a quantidade de droga apreendida: aproximadamente 1 (um) grama de Alcalóide de Cocaína ("crack"), acondicionada em 6 papелotes (f. 37).

Assim - conclui o Impetrante -, sendo ilegal a prisão por tráfico, também não há falar em corrupção ativa, delito que, de qualquer modo, era impossível, dado que os policiais "não teriam qualquer poder" para soltar o paciente (C.Penal, art. 17).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Il. Subprocurador-Geral Mário Gisi, opinou pela denegação da ordem (f. 32/37).

É o relatório.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): É da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que não se aplica o princípio da insignificância ao delito de tráfico de entorpecentes (v.g., HHCC 74.661, 1ª T., 19.12.96, **Celso**, DJ 19.12.96; 81.735, 2ª T., 26.03.02, **Néri**, DJ 17.05.02; 82.324, 1ª T., **Moreira**, DJ 22.11.02; 81.641, 1ª T., 04.02.03, **Sydney**, DJ 04.04.03; 68.516, 2ª T., 07.05.91, **Borja**, RTJ 139/555; 83.191, 2ª T., 09.09.03, **Jobim**, DJ 13.02.04).

Sobretudo à vista da nova composição do Tribunal, tenderia a propor a rediscussão do tema, a fim de que se possibilitasse, a partir do exame de cada caso, a aplicação do princípio da insignificância ao delito de tráfico e, especialmente, ao de uso, quando ínfima a quantidade de droga apreendida.

Foi nessa linha que, por exemplo, levando em consideração as características e as exigências disciplinares dos estabelecimentos militares, acompanhei a Turma para denegar a ordem em caso de apreensão de um cigarro de maconha em quartel (cf. HC 81.734, 26.03.02, **Sydney**, 1ª T., DJ 07.06.02).

Deixo para propor a rediscussão do tema, contudo, em outra ocasião.

Aqui, basta verificar que as circunstâncias não me convenceram de que o fato seja penalmente irrelevante, especialmente se considerada a espécie da substância apreendida e a forma como estava acondicionada.

Com efeito, um grama de "**crack**" não constitui, a princípio, uma quantidade absolutamente desprezível: ao contrário,



HC 88.820 / BA *Supremo Tribunal Federal*
parece suficiente para o uso de alguém, quiçá até mesmo por mais de uma vez, conforme sugere a forma de acondicionamento da droga apreendida, ou seja, em 6 papелotes.

É que, pressuposta a aplicação do princípio da insignificância ao crime de tráfico, dela seriam de excluir aquelas hipóteses, tal a presente, em que a quantidade de droga apreendida seja, em tese, maior que uma dose usualmente suficiente para produzir os efeitos a que se destina.

II

Também não há falar em ausência de indícios de autoria quanto ao delito de tráfico.

Colho, no ponto, do parecer do Ministério público Federal, *verbis*:

"(...)

A utilização do writ como instrumento para obter o trancamento da ação penal somente mostra-se viável quando da simples exposição dos fatos se pode evidenciar a ilegalidade da persecução penal, como no caso de ausência qualquer elementos indiciário a fundamentar a acusação ou fato manifestamente atípico" (...) HC 85.636, CARLOS VELLOSO, 13/12/2005, Segunda Turma, DJ 24-02-2006 (...) HC 86.731, MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, 29/11/2005, DJ 10-02-2006 (...).

(...)

Com efeito, tal situação inócorre na espécie. Não existem parâmetros sólidos para se afirmar a inexistência de justa causa para a ação penal ou atipicidade da conduta imputada ao paciente, senão vejamos:

(...)

Narra a peça acusatória que:

"Consta dos inclusos autos de Inquérito Policial que, no dia 24/02/2005, na Rua Manoel Pontes, em Porto Seguro/BA, a partir de abordagem de prepostos da polícia militar, fora descoberto que o denunciado guardava, em uma tampa de refrigerante, cerca de 06 (seis) papелotes de substância entorpecente, conhecida por "Crack", conforme laudo de constatação, para fins de comercialização. Ainda, fora encontrado com o



denunciado cerca de R\$ 79,00 (setenta e nove reais), em dinheiro miúdo que, certamente, facilitaria a movimentação financeira na venda de substância entorpecente. Ao final, ainda, o denunciado ofereceu a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) ao policial Militar Gilmário Silva Mota, com a finalidade deste não efetuar a prisão daquele."

Na Delegacia, os policiais que realizaram o flagrante testemunharam que:

"(...) empreenderam diligência ao local encontrando o suspeito com as características enviadas através do rádio da central, fizeram a abordagem, encontrando com o suspeito R\$ 79,00 (setenta e nove reais) todo dinheiro trocado para facilitar a comercialização e uma carteira com documentação do suspeito, que junto a este uma tampa de refrigerante contendo seis papелotes de uma substância com características de cocaína; que deu Voz de prisão ao conduzido e este ao ser inquirido onde havia conseguido a droga, ofereceu propina para que o deixasse ir embora, dizendo ainda que na sua casa poderia lhe dar R\$ 400,00 (quatrocentos reais);" (grifo nosso)

"(...) que em contato com a central esta informou que a droga estaria escondida num muro de uma residência no local onde foram encontrados seis papелotes de uma substância esbranquiçada com aspecto de COCAÍNA; que ouviu o condutor dar Voz de prisão em Flagrante Delito ao Conduzido, que disse chamar-se MARCOS CESAR CRUZ DIAS, filho de HAILTON DO DPT, oferecendo 'empréstimo' no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), tentando 'suborno'; " (grifo nosso).

O exame pericial confirmou como sendo cocaína a substância apreendida: "Retirou-se uma pequena amostra para análise e quando examinada, confirmou-se tratar-se de ALCALÓIDE DE COCAÍNA, na forma sólida (Crack)".

(...) pode-se aferir a existência de elementos indiciários suficientes para promoção da persecução penal, configurando, pelo menos em tese, crime as condutas imputadas ao paciente."


III

Também improcedente, de outro lado, a premissa da impetração de que o delito de corrupção ativa era de consumação



HC 88.820 / BA *Supremo Tribunal Federal*
impossível (C.Penal, art. 17): ao contrário do que se alega, os policiais militares tinham sim a possibilidade material de deixar de efetuar a prisão do paciente.

Indefiro a ordem: é o meu voto.


Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE Relator

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA**HABEAS CORPUS 88.820-8**

PROCED.: BAHIA

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCEPACTE.(S): MARCOS CÉZAR CRUZ DIAS OU MARCOS CESAR CRUZ DIAS
OU

MARCUS CÉZAR CRUZ DIAS OU MARCUS CESAR CRUZ DIAS

IMPTE.(S): DJALMA EUTÍMIO DE CARVALHO

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**. Unânime. 1ª. Turma, 05.12.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence.
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.



Ricardo Dias Duarte
w Coordenador